



Lutas por moradia em Campinas-SP: da ocupação ao Residencial Nelson Mandela

Palavras-Chave: Ocupações Urbanas, Urbanização Corporativa, Contra-racionalidades

Rafaela Correia Silva, IG - UNICAMP

Profª Drª Adriana Maria Bernardes da Silva, IG - UNICAMP

INTRODUÇÃO

Em um território nacional atravessado historicamente por desigualdades socioespaciais expressas no déficit habitacional de mais de 6 milhões de domicílios e de 200 mil pessoas em situação de rua em 2022 (FJP, 2024), resistências fazem-se necessárias para enfrentar a realidade. Uma dessas respostas são as Ocupações Urbanas, baseadas na organização de famílias que buscam não apenas acessar um terreno para morar, mas também ressignificar o sentido da morada, da propriedade no espaço urbano e da cidade (Rizzatti; Silva, 2017).

Esta pesquisa se propõe a compreender o processo da urbanização brasileira e de Campinas a partir das dinâmicas de segregação socioespacial e do déficit habitacional, buscando analisar as Ocupações Urbanas como contra-racionalidades que resistem ao sistema dominante que impulsiona uma urbanização corporativa (Santos, 1993).

Para tanto, analisamos a Comunidade Nelson Mandela que, em 2016, reuniu famílias em uma Ocupação Urbana em Campinas-SP (Mandela I) e que, após uma violenta reintegração de posse, reconstruíram-se em uma nova ocupação (Mandela II). Ameaçadas de outra reintegração, mobilizaram-se ainda mais e conquistaram um acordo com os órgãos públicos para a entrega de um núcleo residencial, o atual Residencial Mandela, entregue com casas embrionárias de 15m². Assim, busca-se compreender as relações que compõem a história e a permanência da Comunidade Nelson Mandela, tanto nos espaços de ocupações urbanas quanto no núcleo residencial.

Problematizamos que a especulação imobiliária e a valorização seletiva da terra conduzidas pelo Estado e capital imobiliário materializa, no espaço urbano, o que Santos (2023 [1996]) denomina como espaços luminosos da racionalidade hegemônica, isto é, lugares da aceleração do consumo e das modernizações. Tais lugares coexistem com inúmeras contra-racionalidades dos espaços opacos (Santos, 2023 [1996]), demarcadas na apropriação do território por agentes excluídos, por meio de solidariedade e mobilização, e que se contrapõe ao individualismo hegemônico (Moyses, 2025).

Tais contra-racionalidades se concretizam no cotidiano, na escala do lugar, fruto da ação dos atores hegemonzados para os quais o espaço não é apenas materialidade a ser apropriada por poucos como mercadoria, mas sim uma condição para as existências em que o agir é obrigatório para se alcançar a liberdade (Santos, 2008 [1994]). Nesse sentido, aponta-se a dimensão do cotidiano, do espaço banal (Santos, 2023 [1996]), como escala de análise para a compreensão das diferentes fases da comunidade Mandela.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de revisão e análise bibliográfica de obras referentes à urbanização brasileira e de Campinas, observando temas como propriedade fundiária e imobiliária, ação do Estado e ação dos agentes sociais nas políticas habitacionais. A bibliografia foi consultada em acervos físicos e virtuais, como bibliotecas na Universidade Estadual de Campinas e repositórios acadêmicos. Além da revisão bibliográfica, o levantamento de dados secundários, referentes à questão habitacional, ocorreu por meio de banco de dados públicos e de instituições de estatística e pesquisa. Para a coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas semi estruturadas com moradores e lideranças da Comunidade Mandela, além do advogado de defesa das famílias. As entrevistas foram feitas após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas da Unicamp. Trabalhos de campo foram realizados nas áreas das antigas Ocupações Urbanas (Mandela I e Mandela II) e no atual Residencial. Por fim, materiais jornalísticos são tomados como fonte de pesquisa para compreender o papel da mídia no relato das lutas urbanas em Campinas-SP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Ocupações urbanas organizadas vêm marcando a urbanização brasileira nas últimas décadas, reconfigurando a periferização das grandes cidades e sendo consequência de uma urbanização corporativa (Santos, 1990; 1993) marcada por escassez artificial de terras urbanas, vazios urbanos e, portanto, forte especulação imobiliária. Nesses espaços urbanos, historicamente, o Estado se alinha às grandes corporações, na busca por atender as demandas empresariais em detrimento das sociais como moradia, saneamento, saúde, educação etc. Campinas acompanha este movimento que assola as grandes cidades do país.

Cabe destacar Campinas-SP como uma centralidade econômica e tecnológica marcada por sucessivas modernizações (Nascimento, 2013). Ao longo do século XX um vertiginoso processo de valorização seletiva do espaço e especulação imobiliária impulsionou a formação de suas periferias. A partir dos anos 1990, a cidade viu crescer o número de ocupações urbanas (Rizzatti; Silva, 2017), que agregam famílias em busca de uma solução de

moradia. Ao mesmo tempo, empreendimentos para alta renda, como o Alphaville, ocupam lugares privilegiados e acentuam as lógicas de um espaço socialmente segregado para dinamizar a valorização (Mastrodi; Sala, 2017).

A Ocupação Urbana Nelson Mandela configurou-se como uma das resistências incômodas ao sistema dominante em Campinas. Formou-se em 2016 quando 600 famílias ocuparam um terreno que há 30 anos não era utilizado pela empresa responsável. Portanto, uma área que estava em desacordo com o previsto no Estatuto da Cidade, que proíbe “a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização” (Brasil, 2001, art. 2º, VI, e).

Conforme entrevistas com moradoras do Mandela, o início do movimento é marcado pela organização de famílias que moravam no entorno do terreno de uma antiga indústria de cerâmica, no Jardim Capivari. Em pouco tempo, o local abrigou 600 famílias que tiveram no chamado “Mandela I” a chance de sobrevivência. Permaneceram lá até março de 2017, quando sofreram uma violenta reintegração de posse, conforme relata uma das entrevistadas,

Na reintegração eu perdi todos os móveis, porque a polícia não deu tempo da gente fazer nada...passou primeiro falando “olha, vai vir um policial e uma assistente social, que vai garantir que as coisas de vocês vai pra um galpão e depois vocês podem buscar”. Mas não deu tempo. Quando a gente viu já tava descendo a tropa. (Entrevistada 1, 2025)¹

Ainda segundo os relatos, 400 policiais militares utilizaram bombas de gás e incêndios para expulsar as famílias, que não puderam levar nada além da roupa do corpo, deixando documentos, móveis e animais de estimação atropelados pelo fogo e pelo trator. Os indivíduos acabaram mais uma vez violentados pelo Estado, que descumpra a garantia da Constituição Federal à moradia (Brasil, 1988, art 6º), e permite a violação de sua dignidade (Brasil, 1988, art 1º, III) em detrimento aos interesses corporativos.

Acolhidos por outras comunidades, os moradores expulsos passaram por condições precárias de sobrevivência. Pela necessidade de resistir, 100 famílias partem para uma nova área em abril de 2017, onde se alocaria a Ocupação Mandela II, no bairro DIC V do Distrito Industrial, estruturado por conjuntos habitacionais e terrenos de empresas sem utilização em prol da especulação imobiliária (Lima, 2013). No cotidiano, as entrevistadas relatam:

[...] Ali a gente viu paz. Ali eu chamava “a terra prometida”, ali era nosso. [...] foram 7 anos bem vividos, tinha suas dificuldades mas era melhor do que é aqui. A segurança ali a gente tinha, nossas crianças tinha a liberdade deles ali, de brincar sem ver gente usando (droga), dando tiro, vizinho cantando pneu. (Entrevistadas 1 e 2, 2025)

Permaneceram até 2023, quando, sob ameaças de nova reintegração, mobilizações e acordos com a Prefeitura levaram à construção do Residencial Nelson Mandela. O acordo

¹ Entrevista concedida em 05 de junho de 2025, com um grupo de 3 moradoras da comunidade.

previa 116 unidades com tamanho provisório de 15m², que seriam ocupadas pelas famílias do Mandela e do auxílio aluguel. O acordo previa ainda que as famílias se mudariam para os embriões em caráter de urgência e que deveriam aguardar, já residindo, a fase de ampliação. Os imóveis comprados variavam de R\$26 mil a R\$70 mil a depender da localização.

Com a compra dos imóveis, o Mandela se transfere ao terreno regularizado.

Porém, foi daquele jeito...às pressas, um cômodo! Tudo bem que a gente teve um ganho, que é o asfalto [...] Aí vem os problemas, né? No dia da minha mudança, eu quebrei o pau [...] eu chorava e gritava com os pedreiros e o cara “ah, você tem que reclamar com a prefeitura que deu esse material” [...] Juntou as mulheres pra quebrar pedaço de chão mal feito. (Entrevistada 1, 2025)

Com o tempo, os problemas das casas se agravaram, com vazamentos, curto-circuitos e infestações derivados da má execução das obras pela Prefeitura, além disso, a prometida ampliação dos 15m² ainda não aconteceu. As mídias, porém, optaram por adotar um discurso de invisibilização da luta e desumanização das casas de mais de 100 famílias, pois ao invés de auxiliar na denúncia pelo descumprimento do acordo e das más condições entregues, priorizaram veicular notícias comparando as construções com “gaiolas” e “celas humanas” (Rede Tvt, 2023). Já em defesa de outra leitura, Alexandre Mandl, advogado popular e representante da comunidade, escreve ao jornal “Esquerda Online” sua análise do caso.

Tenho pensado muito, e avaliando aqui que a questão central é para além do Mandela. Lutar e cobrar política pública habitacional, moradia para famílias de baixa renda, etc.; e é fato que a Prefeitura não tem. Tem que cobrar mesmo [...] Agora, no caso do Mandela, a partir de todas as informações, também tem o que criticar, mas não como estava sendo feito. Sem ouvir as famílias e com inverdades. Tem que entender o movimento como um todo e cobrar próximos passos [...]. (Mandl, 2023)

O trecho acima demonstra que a falha está justamente na ação do poder local e na forma como a política urbana é conduzida. A conquista, porém, se faz como resultado da mobilização, que esperava mais por parte dos órgãos públicos, mas que encara o Residencial como símbolo de esperança. E, neste sentido, eles seguem ainda mobilizados.

CONCLUSÕES

Dentre os conflitos que marcam a urbanização brasileira, os conflitos pela propriedade são exemplos de como a pressão exercida no espaço pelos dominantes (proprietários, Estado e corporações) acabam por ceifar direitos básicos à população mais pobre. As forças ascendentes, representadas aqui pelas Ocupações Urbanas, são importantes pontas de lança para a construção de uma alternativa de cidade, de uma contra-racionalidade.

A Comunidade Nelson Mandela, sobrevivente à uma violenta reintegração de posse e à constantes atos de violação de seus direitos, utilizou da força da resistência para sobreviver e conquistar um novo futuro. E, mesmo com a conquista do atual Residencial Mandela, precisou

enfrentar a invisibilização diante de mais um desamparo do poder público. Nesse sentido, o presente estudo buscou compreender a força de mais de 100 famílias que, diante de conflitos impostos pelos interesses do capital financeiro-imobiliário, permaneceu em potência para intervir na política institucional e garantir imóveis regularizados e o direito de existir na cidade, simbolizando a esperança da possibilidade para milhares de sem-tetos urbanos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jul. 2001.

Canal Rede TVT. Celas humanas: Prefeitura de Campinas constrói casas de 15 metros quadrados para até 7 pessoas. **Youtube**, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7GzOrAEsVLI..> Acesso em: 3 abr. 2025.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo: 2020, 2ª ed.

LIMA, I. O. **Conjuntos Habitacionais e Segregação Socioespacial: O distrito industrial de Campinas/SP (DIC)**. Tese - Mestrado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MANDL, Alexandre. Sobre a luta da Ocupação Nelson Mandela e o debate sobre a política pública habitacional (em Campinas). **Esquerda Online**, 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/06/22/sobre-a-luta-da-ocupacao-nelson-mandela-e-o-debate-sobre-a-politica-publica-habitacional-em-campinas/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MASTRODI, J; SALA, M. F. **O fenômeno da “alphavillezação da cidade”**: a proliferação dos condomínios fechados estudada à luz das ingerências privadas na realidade do município de Campinas. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 3, 2017, p. 1046-1084.

MOYSÉS, M. **Desvendando o Espaço Banal: Essência cotidiana e o processo de tomada de consciência espacial dos agentes ligados ao Hip-Hop em São Paulo-SP e São Luís-MA**. *Geotemas*, Pau dos Ferros, v. 15, 2025, p. 01-24.

NASCIMENTO, E. **Região Metropolitana de Campinas (SP): cinco décadas de expansão urbana**. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 6, n. 1, 2016, p. 67-91.

RIZZATTI, H.; SILVA, A. **Cidades e Contra-racionalidades: Ocupações Urbanas em Campinas/SP**. *RAEGA*, Curitiba, v. 40, p. 211-230, ago, 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2023 [1996].

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada: O caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].